



**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**

**"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18**



**PROJETO DE LEI nº 838/11**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**  
**Em, 24 OUT. 2011**  
*Ruy*  
**1º Secretário**

**Súmula: Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.**

**Art. 1º É proibida a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas.**

**Art. 2º Os estabelecimentos aqui especificados, quando infringirem a proibição estabelecida, incorrerão nas seguintes penas:**

- I - Advertência;**
- II - Multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais);**
- III - Cassação da Inscrição Estadual.**

**Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.**

**Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2011.**

*[Signature]*

**PR. EDSON PRACZYK**  
**Deputado Estadual / PRB**

13:28 24/10/2011 888236 MP ASSINATURA USUÁRIA M 234



**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**



**"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18**

**JUSTIFICATIVA:**

Os postos de combustíveis e as lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas que vendem bebidas alcoólicas tornaram-se, em todo o Estado, locais de reunião de jovens para o lazer e, em geral, para o consumo de bebidas alcoólicas.

Muitas vezes, o que se presencia nos postos de combustíveis são verdadeiras festas com direito a música alta e outros abusos cometidos durante a madrugada, com aglomeração de jovens que, horas após se embebedarem, arrancam seus carros em grandes avenidas a fim de fazer competições de 'racha' em flagrante comportamento de infração aos ditames da lei.

Invariavelmente, essas reuniões, regadas a muito álcool, terminam em brigas, por vezes fatais, ou acidentes automobilísticos de natureza grave.

Assim, a redução de locais disponíveis para o consumo de bebidas alcoólicas, mormente aqueles plenamente vinculados à condução de veículos - como são os postos de combustíveis e suas lojas de conveniência - é imperativo para diminuir os acidentes causados por motoristas alcoolizados ou em estado de embriaguez.

Ademais é forma para colir a prática de delito capitulado na lei, ante o quanto dispõe o Código de Trânsito Brasileiro no seu Capítulo XIX - Dos Crimes de Trânsito:

*"Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 11.705,*



**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**



**"A diferença que vem de Deus" MI 3:18**

---

de 2008) Regulamento

Penas - detenção, de seis meses a três anos,  
multa e suspensão ou proibição de se obter a  
permissão ou a habilitação para dirigir veículo  
automotor."



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 838/11**

Projeto de Lei nº 838/11

Autor: Deputado Pastor Edson Praczyk

**Súmula:** Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk visa proibir a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas, bem como prevê sanções administrativas.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada;

*Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

Muito embora o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal 6.503/97) já proíbe, tanto administrativamente (art. 165, infração gravíssima), como criminalmente (art. 306, detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor), o consumo de álcool por condutores de veículo, **NÃO HÁ LEI ESPECÍFICA** que proíba a venda de bebidas alcoólicas.

Nesse mesmo sentido sabemos que os postos de combustíveis e as lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas que vendem bebidas alcoólicas tornaram-se, em todo o Estado, locais de reunião de jovens para o lazer e, em geral, para o consumo de bebidas alcoólicas.

Ressalta-se que a Lei Estadual 14.259/2003, em seu artigo 1º, assim diz:

"Art. 1º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível (Postos de Gasolina) localizados em perímetros urbanos." (grifos e negritos apostos)

Ou seja, a proibição da mencionada lei versa tão somente sob "consumo", mas isso não inibe os crimes de trânsito, vez que o cidadão muitas vezes compra a bebida nessas lojas e postos e sai bebendo e dirigindo, ocasionando inúmeros acidentes.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

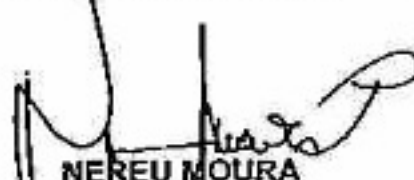


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistente óbice  
ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Face ao parecer do nobre Deputado Élio Rusch,  
apresento o VOTO EM SEPARADO, visto estar configurada a  
CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012

  
NEREU MOURA  
DEPUTADO ESTADUAL





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 838/11**

**AUTOR: DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK.**

**SÚMULA: PROÍBE A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLOCAS EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E EM LOJAS DE CONVENIÊNCIA NELES INSTALADAS OU CONJUGADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tolhe e restringe a área de atuação dos empresários no ramo das lojas de conveniências localizadas juntos aos postos de combustíveis.

**CONCLUSÃO**


Diante do acima exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** do presente P.L.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2012.



**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**

**PRESIDENTE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



**TONINHO WANDSCHEER**  
**RELATOR**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos*



**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 838/2011**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a redução de locais disponíveis para o consumo de bebidas alcoólicas, mormente aqueles plenamente vinculados à condução de veículos, como são os postos de combustíveis e suas lojas de conveniência é imperativo para diminuir os acidentes causados por motoristas alcoolizados ou em estado de embriaguez.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em

**DR. BATISTA**  
Presidente

Relator





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adalino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleise, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion  
Deputado Párcies de Hollabem Meilo e Deputada Rose Litro



## Parecer ao Projeto de Lei no. 838/2011

**Autor:** Deputado Pr. Edson Praczyk

**Sumula:** Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas

**Justificativa:** Inibir o consumo de álcool pelos condutores de veículo.

**Pareceres favoráveis:** Comissão de Constituição e Justiça (com emenda), Comissão de Indústria e Comércio e Comissão de Saúde Pública.

Parecer:



O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 27 de 06 de 2012

Deputado Paranhos  
Presidente

Deputado Cleiton Kielse  
Relator



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kleiss, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,  
Deputado Párcides da Hollenben Meffo e Deputada Rose Litro



## Esclarecimento ao Parecer ao Projeto de Lei no. 838/2011

Autor: Deputado Pr. Edson Praczyk

2

**Sumula:** Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas

**Justificativa:** Inibir o consumo de álcool pelos condutores de veículo.

**Pareceres favoráveis:** Comissão de Constituição e Justiça (com voto em separado), Comissão de Indústria e Comércio e Comissão de Saúde Pública.

**Esclarecimento:**

Esclarece esta Comissão de Defesa do Consumidor que, onde se lê, no Parecer original, "Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda)", leia-se: (com voto em separado).

Sala de Reuniões, em 03 de 07 de 2012

Deputado Paranhos  
Presidente

Deputado Cleiton Kliese  
Relator

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

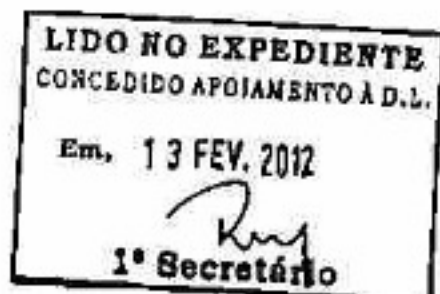


# Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY  
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI



Projeto de Lei N.º 022 /2012.



SÚMULA: Institui o reconhecimento de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL à ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO NOROESTE DO PARANÁ - AVINOPAR, com sede e foro no município de Mandaguáçu.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO NOROESTE DO PARANÁ - AVINOPAR, com sede e foro no município de Mandaguáçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2012.

  
Enio Verri  
Deputado Estadual

15335 13/02/2012 08:07:06 Nº 03303115 LEGISLATIVO DO PARANÁ



# Assembléla Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY  
GABINETE DEPUTADO ENIO VERRI




## JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DOS AVICULTORES DO NOROESTE DO PARANÁ, designada pela sigla AVINOPAR, é uma entidade da organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos ou econômicos, de direito privado, cuja finalidade principal consiste no fortalecimento da atividade de avicultura na região Noroeste do Paraná.

A AVINOPAR, busca a integração e o fortalecimento da atividade de avicultura, visando o crescimento qualitativo e quantitativo do setor, favorecendo o estímulo à manutenção e ampliação da mão de obra qualificada através do uso de novas tecnologias. Deste modo, esta Associação busca representar seus associados, reivindicando mediante órgãos públicos e privados melhorias para o setor de produção de frangos, bem como a realização de trabalhos educativos e culturais em benefício de seus associados.

Para que a AVINOPAR possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a Unidade Pública Estadual.

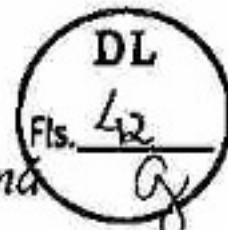
Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os pares desta Casa de Leis.

  
Enio Verri  
Deputado Estadual





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 022/2012**

**Projeto de Lei nº. 022/2012**  
**Autor: Deputado Estadual Enio Verrí**

**Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Avicultores do Noroeste do Paraná - AVINOPAR, com sede e foro no Município de Mandaguáçu.**

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Enio Verrí, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação dos Avicultores do Noroeste do Paraná - AVINOPAR**, com sede e foro no Município de Mandaguáçu, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

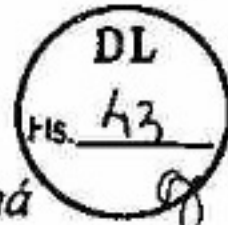
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



a) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a pesquisa e o meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
44  
FIS. 98

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

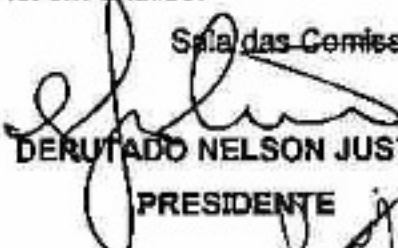
Quanto a falta da Certidão do Tribunal de Contas, est não obsta a normal tramitação do projeto, tendo em vista que a entidade nunca recebeu repasses de recursos públicos Federais, Estaduais ou Municipais.

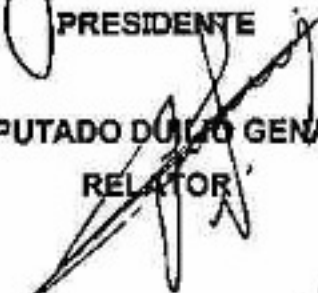
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/96, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

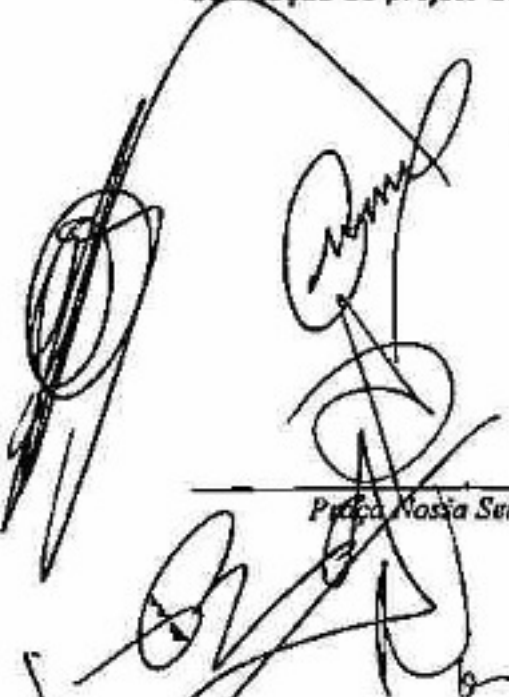
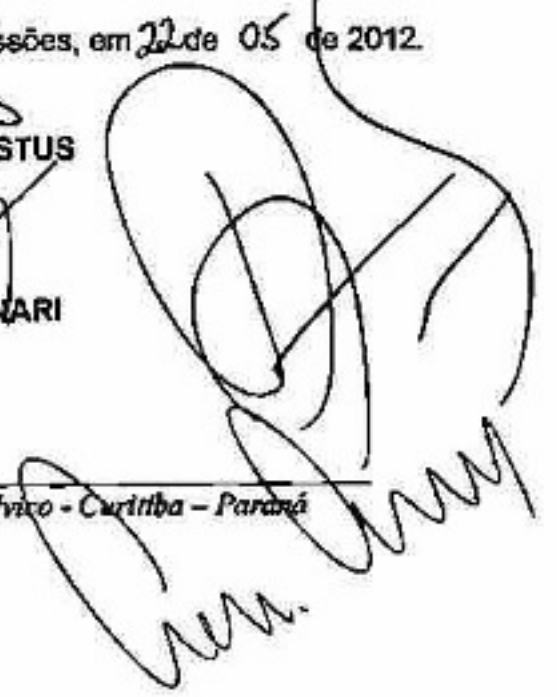
**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DELFO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



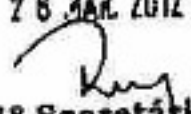
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



IDO NO EXPEDIENTE  
CONCEBIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 26 MAR. 2012

  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

115/12

Súmula: Denomina Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-249, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Rondon (Via Barra Bonita).

Art. 1º Fica denominada Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-249, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Rondon (Via Barra Bonita).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de março de 2012.

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI

## JUSTIFICATIVA



O presente o Projeto de Lei visa denominar Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-249, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Rondon (Via Barra Bonita).

Nasceu em Campo Largo, Estado do Paraná, a 20 de setembro de 1884, filho de Joaquim Modesto da Costa e Ângela Maria Costa.

O Senhor Francisco Cavalli Costa formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, fixando-se em Curitiba, onde estabeleceu sua primeira farmácia, na Praça 19 de Dezembro.

Transferiu-se para Prudentópolis, onde exerceu a profissão de farmacêutico por 25 anos, o que habilitou-se a ser, além do profissional de apoio à saúde mais procurado, o amigo e representante informal do povo, fazendo-o engajar-se na política e iniciar-se na vida pública, assumindo como Prefeito por duas gestões do Município de Prudentópolis 1931 - 1943, 1935 - 1938, Prefeito de Pitanga em uma gestão em 1959-1962 e Deputado Estadual por duas gestões em 1951- 1954 e 1955-1958

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

DL  
2A  
08

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 23 ABR. 2012

1º Secretário

**REQUERIMENTO**

Súmula: Requer a anexação do Projeto de Lei nº 115/12 ao 128/12, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a anexação do **Projeto n. 115/2012 ao 128/2012**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2011

*Nelson Justus*  
Deputado **NELSON JUSTUS**  
Presidente da Comissão  
de Constituição e Justiça

Anote-se e encaminhe-se  
Para Providências  
DL 23/04/12

*Wagner Ribeiro Borges*  
Diretor Legislativo

15:23 23/04/2012 002371 DF ASSUNTOS LEGISLATIVOS DE 1º





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 34  
98

**PARECER AO PROJETO 115/2012**

Projeto de Lei nº 115/2012

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

\*\*\*EM ANEXO:

Projeto de Lei nº 128/12 – Autor: Deputado Bernardo Ribas Carli

**Súmula:** Denomina Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-249, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Rondon (Via Barra Bonita).

**EMENTA:** RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O TRECHO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Estaduais Alexandre Curi e Bernardo Ribas Carli, tem por objetivo denominar de Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-249, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Rondon (Via Barra Bonita), tendo em vista sua liderança como parlamentar.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 32

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores, (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 33  
OJ

veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Contudo, conforme Ofício supra citado, a rodovia a que se pretende denominar tem como Código correto “PR – 239” ao invés de PR – 249, como consta na Súmula do Presente Projeto de Lei. Diante de tal fato, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para corrigir o código da Rodovia do presente Projeto de Lei e, bem como a cidade mencionada; uma vez que é o trecho que liga os Municípios de Pitanga e Mato Rico ao Município de Roncador.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

DL  
Fls. 24  
90

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** na forma da Emenda Modificativa do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2012.

DEPUTADO CAITO QUINTANA  
PRESIDENTE

DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO  
RELATOR

*[Assinaturas]*  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça*

## EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 115/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

**\*Súmula:** Denomina Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-239, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Roncador (Via Barra Bonita)."

**\*Art. 1º - Fica denominada Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-239, o trecho que liga o Município de Pitanga e o Município de Mato Rico ao Município de Roncador (Via Barra Bonita)\*.**

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 115/2012 –  
(anexo Projeto de Lei nº 128/2012)**

Projeto de Lei nº 115/2012 – (anexo projeto de Lei nº 128/2012)  
Autor: Deputado Alexandre Curi e Deputado Bernardo Ribas Carli

**Súmula:** Denomina Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR-249, o trecho que liga o município de Pitanga e o município de Mato Rico ao município de Roncador (via Barra Bonita)

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 115/12, de autoria do Deputado Alexandre Curi (anexo projeto de lei 128/2012 de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli), denominando Rodovia Francisco Cavalli Costa a Rodovia Estadual PR 249, o trecho que liga o município de Pitanga e o município de Mato Rico ao município de Roncador (via Barra Bonita) no Estado do Paraná.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 115/2012 (anexo projeto de lei nº 128/2012)**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem ao Senhor Francisco Cavalli, homem público que prestou relevantes serviços ao Estado do Paraná, tanto como prefeito e também como Deputado Estadual, contribuindo muito ara o crescimento do nosso Estado.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



### III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão destacamos a importância de tal denominação, prestando uma homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O **Projeto de Lei nº 115/2012 (anexo projeto de lei nº 128/2012)**, em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

DL  
Fls. 38


### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente os municípios de Mato Rico e Roncador, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

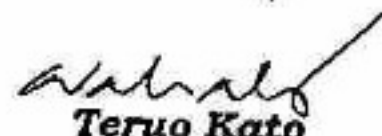
Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 115/12 (anexo projeto de lei 128/2012)**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 28 de maio de 2012.*

  
**MARCELO RANGEL**

*Presidente da Comissão*

  
**Teruo Kato**

*Relator*

